

CAB Cuiabá S/A -  
Concessionária  
de Serviços  
Públicos de  
Água e Esgoto

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Telefone +55 (16) 3323-6650, Fax +55 (16) 3323-6651  
www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto**  
Cuiabá - MT

### **Abstenção de opinião**

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, devido à relevância do assunto descrito na seção “Base para abstenção de opinião”, conseqüentemente não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

### **Base para abstenção de opinião**

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 51.211 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 250.890 mil, principalmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 240.736 mil, de debêntures, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais (*covenants*) e, nesta data o patrimônio líquido ficou negativo em R\$ 53.954 mil. Adicionalmente, e conforme indicado na referida nota explicativa, a Companhia vêm enfrentando dificuldades de obtenção de linhas de crédito necessárias para cumprir os seus planos de investimentos, situação que se agravou pela inclusão da parte relacionada, Galvão Engenharia S.A. (em recuperação judicial) no processo de investigação da Operação “Lava Jato” e pelo ingresso do controlador da Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, a Galvão Participações S.A. (em recuperação judicial), no processo de recuperação judicial homologado em 14 de setembro de 2015. Os planos da Companhia dependem da efetivação do acordo de investimento firmado em 17 de novembro de 2016 entre a controladora e seus acionistas Galvão



Participações S.A. (em recuperação judicial) e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, juntamente com a RKP BRL Investments I LLC e o Banco Votorantim S.A, que está sujeito ao cumprimento, pelas partes, de determinadas condições suspensivas e que foi prorrogado por 90 dias mediante primeiro termo aditivo celebrado em 17 de maio de 2017, e em 30 de abril de 2017, a Companhia não cumpriu as suas obrigações contratuais (*covenants*) com o BNDES, conforme mencionado na nota explicativa nº 26. A situação patrimonial e financeira da Companhia, seus planos para reverter este cenário poderão ser consolidados apenas após a efetivação do referido acordo de investimento e os aditivos e *waiver* obtidos no contrato de debêntures não terão validade se o acordo de investimento não for concluído. Adicionalmente, conforme mencionado nas notas explicativas 1 e 26, desde 02 de maio de 2016 a Companhia está operando sob a intervenção da Prefeitura Municipal de Cuiabá e em 29 de novembro de 2016 a controladora da Companhia, e a Prefeitura de Cuiabá-MT firmaram um termo aditivo ao contrato de concessão prevendo o encerramento da intervenção, desde que seja efetivado o Acordo de investimentos descrito na mesma nota explicativa, sendo prorrogada por 45 dias a contar de 25 de maio de 2017, conforme decreto nº 6.279 de 24 de maio de 2017. Em decorrência dos assuntos mencionados acima, não é possível determinar no estágio atual qual será o desfecho e os seus impactos sobre as demonstrações financeiras, incluindo o reconhecimento, a mensuração e a realização dos ativos e passivos, bem como, concluímos se o pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração dessas demonstrações financeiras, é apropriado.

#### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido à relevância do assunto descrito na seção “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Ribeirão Preto, 22 de junho de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Marcos Roberto Bassi  
Contador CRC 1SP217348/O-5

## CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

### Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	21.135	6.495	Fornecedores e outras contas a pagar	12	41.664	29.356
Outros investimentos		98	450	Empréstimos e financiamentos	13	9.866	15.940
Depósitos bancários vinculados		3.085	3.056	Debêntures	14	252.080	3.212
Contas a receber e outros recebíveis	9	30.023	39.203	Provisões e encargos trabalhistas		4.822	3.175
Estoques		3.104	2.545	Obrigações fiscais		1.744	1.292
Impostos e contribuições a recuperar		1.699	3.464				
Despesas antecipadas		142	293				
		<u>59.286</u>	<u>55.506</u>	<b>Total do passivo circulante</b>		<u>310.176</u>	<u>52.975</u>
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>59.286</u>	<u>55.506</u>	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Realizável a longo prazo</b>			
Depósitos judiciais		3.135	885	Empréstimos e financiamentos	13	232.730	209.572
Impostos e contribuições a recuperar		555	401	Debêntures	14	-	210.902
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	55.249	28.958	Provisão para contingências	15	4.530	2.338
		<u>58.939</u>	<u>30.244</u>				
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<u>58.939</u>	<u>30.244</u>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>237.260</u>	<u>422.812</u>
<b>Imobilizado</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Intangível	10	4.809	6.903	Capital social	16	55.035	55.035
	11	370.448	380.391	Prejuízos acumulados		(108.989)	(57.778)
		<u>434.196</u>	<u>417.538</u>				
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>434.196</u>	<u>417.538</u>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>(53.954)</u>	<u>(2.743)</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>493.482</u>	<u>473.044</u>	<b>Total do passivo</b>		<u>547.436</u>	<u>475.787</u>
		<u>493.482</u>	<u>473.044</u>	<b>Total do patrimônio líquido e passivo</b>		<u>493.482</u>	<u>473.044</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	20	202.191	202.029
Custo dos serviços prestados	21	<u>(156.240)</u>	<u>(138.678)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>45.951</u>	<u>63.351</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Comerciais	21	(23.261)	(18.683)
Administrativas e gerais	21	(37.358)	(31.689)
Outras receitas		56	153
Outras despesas		<u>(21)</u>	<u>(322)</u>
		<u>(60.584)</u>	<u>(50.541)</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<u>(14.633)</u>	<u>12.810</u>
Receitas financeiras	22	6.306	7.537
Despesas financeiras	22	<u>(69.176)</u>	<u>(59.288)</u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<u>(62.870)</u>	<u>(51.751)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>(77.503)</u>	<u>(38.941)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	<u>26.292</u>	<u>12.988</u>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<u><u>(51.211)</u></u>	<u><u>(25.953)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto**

## **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<u>(51.211)</u>	<u>(25.953)</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>(51.211)</u></u>	<u><u>(25.953)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto**

### **Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2015</b>	55.035	(31.825)	23.210
Prejuízo líquido do exercício	-	(25.953)	(25.953)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	55.035	(57.778)	(2.743)
Prejuízo líquido do exercício	-	(51.211)	(51.211)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	55.035	(108.989)	(53.954)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	(51.211)	(25.953)
Ajustes para:		
Provisão de perdas por redução ao valor recuperável	26.408	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	11.240	7.610
Depreciação e amortização	28.144	24.993
Resultado na venda de imobilizado	6	182
Provisão para contingências	2.192	1.123
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(26.292)	(12.988)
Juros sobre atualização clientes, outros investimentos e depósitos vinculados	(6.161)	(6.946)
Margem de intangível de concessão	-	(1.175)
Juros incorridos de empréstimos, financiamentos e debêntures	65.309	56.339
	<u>49.635</u>	<u>43.185</u>
Variações em:		
Redução (aumento) em contas a receber e outros recebíveis	3.568	(27)
(Aumento) redução em estoques	(559)	933
Redução em impostos e contribuições a recuperar	1.611	1.056
Redução (aumento) em despesas antecipadas	151	(170)
(Aumento) em depósitos judiciais	(2.250)	(387)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	12.308	(10.831)
Aumento (redução) em provisões e encargos trabalhistas	1.647	(420)
Aumento em obrigações fiscais	452	798
	<u>66.563</u>	<u>34.137</u>
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	<u>(9.142)</u>	<u>(11.353)</u>
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<u>57.421</u>	<u>22.784</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de ativos imobilizado	(273)	(1.048)
Aquisições de ativo intangível	(42.248)	(65.569)
Depósitos bancários vinculados	377	(1.232)
Outros investimentos	479	40.669
<b>Fluxo de caixa (usado nas) atividades de investimentos</b>	<u>(41.665)</u>	<u>(27.180)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividade de financiamentos</b>		
Empréstimos e financiamentos tomados	-	6.574
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	<u>(1.116)</u>	<u>(3.577)</u>
<b>Fluxo de caixa (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos</b>	<u>(1.116)</u>	<u>2.997</u>
<b>Aumento (redução) líquidos em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>14.640</u>	<u>(1.399)</u>
<b>Demonstração do caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>6.495</u>	<u>7.894</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<u>21.135</u>	<u>6.495</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

***(Em milhares de Reais)***

### **1 Contexto operacional**

A CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (“Companhia”) constituída em 31 de janeiro de 2012 iniciou suas atividades em 18 de abril de 2012 com o propósito específico de prestação de serviços públicos de água e esgoto no Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, e a prestação dos serviços suplementares, conforme definido no contrato de concessão firmado pela Companhia em 17 de fevereiro de 2012 com o Município de Cuiabá (Poder Concedente), decorrente da Concorrência Pública e irá operar o sistema até 2042.

A Companhia está localizada na Avenida Gonçalo Antunes de Barros, nº 3.196, no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, tem como objeto social a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário, compreendendo a produção de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação e manutenção, além da coleta, tratamento e exploração de esgotos.

A Companhia é controlada pela Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental, que é parte relacionada da Galvão Engenharia S/A. (em recuperação judicial) a qual está afetada pela inclusão no processo do Ministério Público Federal na investigação “Lava Jato” da Polícia Federal, sobre irregularidades cometidas em contratações com a Petrobrás, que também obteve a homologação de seu plano de recuperação judicial em 14 de setembro de 2015 juntamente com a controladora Galvão Participações S/A. (em recuperação judicial). Uma das medidas para pagamento de credores apresentada no plano de recuperação judicial de ambas partes relacionadas é a alienação da participação societária da Galvão Participações S/A. (em recuperação judicial) no capital social da controlada da Companhia e da participação societária da Galvão Engenharia S/A. (em recuperação judicial) no capital social da CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A. O edital de Oferta Pública de Alienação Judicial publicado em 12 de novembro de 2015 determinou a realização do pregão em 10 de dezembro de 2015. O leilão não se concretizou em função da falta de apresentação de propostas fechadas.

A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e consequentemente cumprir as metas contratuais. Em decorrência da situação econômico financeira da Companhia, houve desaceleração de alguns investimentos, sendo mantidos aqueles necessários para o cumprimento das metas contratuais, pois a prioridade é a preservação do contrato de concessão. A retomada dos investimentos depende da: (i) obtenção de recursos junto aos acionistas ou abertura de novos créditos junto às instituições financeiras, a qual será retomada mediante alteração das participações societárias e do controle acionário da Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental; e (ii) do reperfilamento das dívidas da controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental e suas controladas para exigibilidade no longo prazo, restabelecendo a capacidade financeira de curto prazo.

Tais estratégias serão consolidadas após efetivação do acordo de investimento firmado em 17 de novembro de 2016 entre a controladora e seus acionistas Galvão

Participações S.A. (em recuperação judicial) e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, juntamente com a RKP BRL Investments I LLC e o Banco Votorantim S.A, sujeito ao cumprimento, pelas partes, de determinadas condições suspensivas tipicamente previstas em operações semelhantes, no prazo de 6 meses contados da data de assinatura do acordo de investimento, prorrogado por 90 dias mediante primeiro termo aditivo celebrado em 17 de maio de 2017, conforme mencionado na nota explicativa nº 26 – eventos subsequentes.

### **Processo de intervenção do Poder Concedente**

A Prefeitura Municipal de Cuiabá, através do Decreto nº 6.009 de 02 de maio de 2016, instituiu a intervenção pelo prazo de 180 dias na Companhia, sendo em 03 de maio de 2016 sancionada a Lei nº 6.058 autorizando tal intervenção, nomeando como interventor o Sr. Marcelo de Oliveira e Silva, ao qual, pelo prazo da intervenção, foi atribuída a edição dos atos de gestão e administração.

Neste sentido, durante o processo de intervenção, a concessionária tem como objetivo, executar serviços de setorização, combate à perda, concretização dos sistemas de contra lavagem das ETA's Ribeirão do Lipa e Tijucal I, para garantir o equilíbrio dos sistemas e melhor eficiência nos processos da ETA Tijucal I e ETA Ribeirão do Lipa, que proporcionará ganho de produção e melhor qualidade da água.

Em 27 de outubro de 2016, mediante o Decreto nº 6.130 foi prorrogado o prazo de intervenção para 15 de dezembro de 2016, sendo firmado entre o poder concedente e a Companhia em 28 de novembro de 2016, por intermédio do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, 17ª Promotoria de Justiça de Defesa Ambiental, da Ordem Urbanística e do Patrimônio Cultural de Cuiabá, 29ª Promotoria de Justiça Cível, um compromisso de ajustamento de conduta estabelecendo as seguintes condições para retomada da concessão pela Companhia: termo aditivo a ser celebrado entre as partes, definindo principalmente a (i) execução de Plano Emergencial de Investimentos, (ii) execução de Plano de Investimentos, (iii) garantia de execução do contrato e (iv) troca de controle acionário da controladora Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental e anuência dos eventuais sucessores para efetivação da transferência de controle acionário.

Desta forma, em 29 de novembro de 2016, em cumprimento ao compromisso de ajustamento de conduta, foi celebrado o segundo termo aditivo ao contrato de concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, definindo todas as premissas necessárias e atribuindo a retomada da execução do contrato pela Companhia a partir da efetivação do acordo de investimentos da controladora, cuja conclusão ocorreria até 15 de maio de 2017.

Em virtude da prorrogação do prazo para cumprimento das condições suspensivas do acordo de investimento da controladora por mais 90 dias mediante primeiro termo aditivo ao acordo de investimento, celebrado em 17 de maio de 2017, a Prefeitura Municipal de Cuiabá por meio do decreto nº 6.279 de 24 de maio de 2017, também prorrogou o prazo para fechamento das operações definidas no segundo termo aditivo do contrato de concessão por mais 45 dias a contar de 25 de maio de 2017, permanecendo a intervenção vigente durante este período ou até que ocorra a

efetivação do acordo de investimentos, respeitado o prazo de prorrogação estabelecido pelo decreto, conforme mencionado na nota explicativa nº 26– eventos subsequentes.

### **Acordo de investimento da controladora Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental**

Conforme verificado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 51.211, o passivo circulante da Companhia superou o ativo circulante em R\$ 250.890, principalmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 240.736, de debêntures, respectivamente, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais (“*covenants*”), e o patrimônio líquido ficou negativo no montante de R\$ 53.954.

Para garantir a continuidade operacional nos próximos 12 meses, a controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental está em fase de conclusão de um acordo de investimento, o qual institui:

- Constituição do Fundo de Investimento em Participações – FIP CAB, nos termos da instrução CVM nº 578/16, que passa a ser acionista da controladora. O FIP CAB é composto pela contribuição das ações detidas pela Galvão Participações S.A. (em recuperação judicial) na controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental e pela participação majoritária da RKP Investments I LLC, sendo esta, a controladora deste fundo de investimento e conseqüentemente, controladora da Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental. O Banco Votorantim S.A., na condição de credor das debêntures emitidas pela Companhia, integraliza 20% deste saldo devedor através subscrição de debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações no capital social da controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental. Os créditos provenientes desta emissão de debêntures conversíveis em ações na controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, serão subscritos em aumento de capital da Companhia, mediante emissão de novas ações.
- Reestruturação das dívidas do Grupo, compreendendo em relação à Companhia: (i) *stand still* das debêntures e do financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 252.080 e R\$ 235.370 em 31 de dezembro de 2016, sendo 3 anos de carência para amortização do principal e 2 anos de carência para os juros, com incorporação de juros não pagos ao saldo devedor. A Companhia obteve êxito nas negociações de obtenção de *waiver* junto aos seus debenturistas, conforme mencionado na nota explicativa 14; e
- Retomada da execução do contrato de concessão pela Companhia, sendo extinta a intervenção do Poder Concedente.

Tais estratégias serão consolidadas após efetivação do acordo de investimento, sujeito ao cumprimento, pelas partes, de determinadas condições suspensivas tipicamente previstas em operações semelhantes, no prazo de 6 meses contados da data de assinatura do acordo de investimento, prorrogado por 90 dias mediante primeiro termo aditivo celebrado em 17 de maio de 2017, conforme mencionado na nota explicativa nº 26 – eventos subsequentes.

A Companhia entende que suas operações, atreladas às premissas acima mencionadas, serão suficientes para gerar caixa positivo e cumprir com todas as obrigações contratuais e financeiras para os próximos doze meses e que após a efetivação do acordo de investimento, retomará a concessão, podendo conseqüentemente prosseguir com os projetos de eficiência operacional, inovação e modernidade de gestão, bem como realizar novos investimentos.

O exercício social da Companhia encerra em 31 de dezembro de cada ano.

## **2 Base de apresentação**

### **Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 22 de junho de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **a. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 11 – vida útil do ativo intangível resultante do contrato de concessão;
- Nota explicativa nº 15 - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa nº 19 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

**(i) Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração do valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa nº 18 - instrumentos financeiros.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

## **6 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### **a. Receita operacional**

#### **(i) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto**

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas como contas a receber de clientes/ receita operacional com base em estimativas mensais dos serviços completados.

#### **(ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto**

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

#### **(iii) Contratos de concessão de serviços e construção**

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob um contrato de concessão de serviços é reconhecida de acordo com o CPC 17 (R1) Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC).

A Companhia é remunerada pelos usuários dos serviços públicos e portanto, a receita é determinada mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada e aplicada até 2015 foi de 2,27%. A partir de 2015, mediante revisão do plano de negócio, a Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência e está diretamente relacionada ao respectivo ativo intangível formado.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

### **b. Benefícios a empregados**

#### **(i) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é



reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**(ii) Plano de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

**c. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos vinculados;
- juros sobre atualização de contas a receber de clientes;
- descontos obtidos;
- despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures;
- comissão e despesas bancárias; e
- outras despesas financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

**d. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**e. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

**f. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**g. Ativos intangíveis**

**(i) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)**

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia, porque o contrato de concessão não transfere o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo estes revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se a Companhia presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a um direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A

Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto nos contratos de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção e custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

A amortização é efetuada linearmente durante o prazo da concessão e não excede os prazos de concessão.

**(ii) Outros ativos intangíveis**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**(iii) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iv) Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. As vidas úteis estão descritas na nota explicativa nº 11.

**h. Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

**(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos do caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### ***(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração***

*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

*Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

#### ***(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração***

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**i. Capital social**

**(i) Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

**j. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/ recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor

contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2016.

**k. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**l. Provisão de manutenção – Contratos de concessão**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2016 com relação a este assunto.

**m. Arrendamentos**

**(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento**

No início do contrato, A Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

**(ii) Ativos arrendados**

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado

por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

### **(iii) Pagamentos de arrendamentos**

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

#### **n. Capitalização dos custos dos empréstimos**

Os custos da captação de recursos de terceiros são capitalizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmio na Emissão de Títulos e Valores Imobiliários e CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

#### **o. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 4(a)).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.



Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

### ***Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)***

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

### ***Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)***

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

### **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

#### **a. Contratos de Construção**

A receita contratual inclui atualmente o valor inicial acordado no contrato mais quaisquer alterações no trabalho contratado e adições/exclusões por reequilíbrios acordados entre as partes, à medida em que seja provável que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Quando um reequilíbrio ou alteração é reconhecida, a medição do progresso do contrato ou do preço do contrato é revisada e a posição acumulada do contrato é reavaliada em cada período de relatório.

Segundo a IFRS 15, pleitos e alterações serão incluídas na contabilização do contrato quando aprovados.

#### **b. Transição**

A Companhia adotará a IFRS 15 em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e pretende utilizar a abordagem retrospectiva. Como resultado, a Companhia aplicará todos os requerimentos da IFRS 15 a cada período comparativo apresentado ajustando suas demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

### **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, a Companhia ainda não realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2016 no âmbito da IAS 39.

**(i) Classificação – Ativos financeiros**

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

**(ii) Redução no valor recuperável (impairment) – Ativos Financeiros e Ativos Contratuais**

A IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco

de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

### **(iii) Classificação – Passivos financeiros**

A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

### **(iv) Divulgações**

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre o risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Companhia planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

### **(v) Transições**

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1 de janeiro de 2018.
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
  - A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
  - A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.

### **IFRS 16 Leases (Arrendamentos)**

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Empresa não iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Empresa ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais. Não é previsto qualquer impacto significativo nos contratos de arrendamento financeiro da Empresa.

#### **(i) Determinar se um contrato contém um arrendamento**

A Empresa possui um contrato que legalmente não é um contrato de arrendamento, pelo qual concluiu que o contrato contém um arrendamento de equipamento nos termos da IFRIC 4.

Na transição para a IFRS 16, a Empresa pode optar por:

- Aplicar a definição de um contrato de arrendamento da IFRS 16 para todos os seus contratos; ou
- Aplicar um expediente prático e não reavaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento.

#### **(ii) Transição**

Como arrendatário, a Empresa pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Empresa deve aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019. A Empresa ainda não determinou qual a abordagem de transição irá aplicar.

A Empresa não necessita efetuar quaisquer ajustes para os arrendamentos em que atua como arrendador, exceto se a Empresa for um arrendador intermediário numa sub-locação.

A Empresa ainda não quantificou o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Empresa celebrará. A Empresa espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

### **Outras alterações**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **8 Caixa e equivalentes de caixa**

Veja política contábil nas notas explicativas 6 (h).

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo bancário	21.080	6.006
Aplicações financeiras	55	489
<b>Total</b>	<u>21.135</u>	<u>6.495</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários com remuneração média anual atrelada ao CDI de 10,00% em 31 de dezembro de 2016 (10,23% em 31 de dezembro de 2015) e com previsibilidade de resgate imediato.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 18.

## **9 Contas a receber e outros recebíveis**

Veja política contábil nas notas explicativas 6 (h).

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contas a receber		27.784	37.221
Adiantamentos		1.203	1.151
Partes relacionadas - operações mensais	23	195	195
Outros		841	636
<b>Total</b>		<u>30.023</u>	<u>39.203</u>

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito, de mercado,

mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 18.

## 10 Imobilizado

Veja política contábil nas notas explicativas 6 (f).

### a. Conciliação do valor contábil

<b>Custo</b>	<b>Máquinas, aparelhos e equipamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Computadores e periféricos</b>	<b>Veículos</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2015</b>	1.792	941	1.793	6.705	11.231
Adições	572	110	277	89	1.048
Baixas	-	(3)	(32)	(251)	(286)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>2.364</b>	<b>1.048</b>	<b>2.038</b>	<b>6.543</b>	<b>11.993</b>
Adições	260	-	11	2	273
Baixas	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.624</b>	<b>1.048</b>	<b>2.049</b>	<b>6.545</b>	<b>12.266</b>
<b>Depreciação</b>					
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2015</b>	(389)	(171)	(834)	(1.841)	(3.235)
Adições	(319)	(41)	(96)	(1.503)	(1.959)
Baixas	-	1	15	88	104
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(708)</b>	<b>(211)</b>	<b>(915)</b>	<b>(3.256)</b>	<b>(5.090)</b>
Adições	(347)	(107)	(409)	(1.504)	(2.367)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(1.055)</b>	<b>(318)</b>	<b>(1.324)</b>	<b>(4.760)</b>	<b>(7.457)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>					
Em 31 de dezembro de 2015	1.656	837	1.123	3.287	6.903
Em 31 de dezembro de 2016	1.569	730	725	1.785	4.809

### Garantia

Em 31 de dezembro de 2016 o valor contábil dos bens do ativo imobilizado classificados como veículos dados como garantia de financiamento bancário na modalidade de Finame totalizam R\$ 2.794, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

### b. Provisão para redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, considerando variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados entre outros.

O resultado de tal avaliação não apontou necessidade de provisão para redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2016.

## 11 Intangível

Veja política contábil nas notas explicativas 6 (g).

### a. Conciliação do valor contábil

Custo	Intangível ICPC		Outorga		Total
	01 (R1) (i)	concessão (ii)	Software		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2015</b>	213.609	142.088	5.507		361.204
Adições	61.841	4.167	736		66.744
Transferências	-	-	(15)		(15)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	275.450	146.255	6.228		427.933
Adições	41.686	-	562		42.248
Baixa	(6)	-	-		(6)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	317.130	146.255	6.790		470.175
<b>Amortização e provisão de perdas por redução ao valor recuperável</b>					
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2015</b>	(12.604)	(10.226)	(1.678)		(24.508)
Adições	(16.908)	(4.955)	(1.171)		(23.034)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	(29.512)	(15.181)	(2.849)		(47.542)
Adições	(19.497)	(4.982)	(1.298)		(25.777)
Provisão de perdas por redução ao valor recuperável	(26.408)	-	-		(26.408)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	(75.417)	(20.163)	(4.147)		(99.727)
<b>Valor líquido contábil</b>					
Em 31 de dezembro de 2015	245.938	131.074	3.379		380.391
Em 31 de dezembro de 2016	241.713	126.092	2.643		370.448

### (i) Intangível ICPC 01 (R1)

Taxa média de amortização % a.a. (*)	2015		2016			Custo
	Custo	Adições	Transferências	Baixa	Custo	
Controle tecnológico	10,00	28.308	2.411	1.199	-	31.918
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10,01	126.583	10.089	1.948	(6)	138.614
Rede de Água	4,00	102.913	19.655	2.297	-	124.865
Rede de Esgoto	4,00	14.229	971	446	-	15.646
Obras em andamento		2.670	8.424	(5.947)	-	5.147
Outros		747	136	57	-	940
<b>Total</b>		275.450	41.686	-	(6)	317.130

(\*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

### (ii) Outorga de Concessão

Refere-se a outorga fixa paga em decorrência de contrato de concessão, que está sendo amortizada linearmente pelo prazo de concessão.

Taxa média de amortização % a.a. (*)	2015		2016	
	Custo	Adição	Custo	
Intangível	3,36	146.255	-	146.255

### b. Amortização

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.



**c. Teste por redução ao valor recuperável**

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2015.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável de R\$ 26.408 em virtude da premissa adotada na revisão do Plano de Negócio, projetado com a antecipação de alguns investimentos e inclusão de investimentos adicionais, desconsiderando eventuais reajustes provenientes da necessidade de reequilíbrio contratual, os quais serão pleiteados junto ao Poder Concedente quando incorrerem.

O valor recuperável desta UGC foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa de 12,79% em 31 de dezembro de 2016, referente ao custo médio ponderado de capital - *Weighted Average Cost of Capital* (WACC), calculada com base em premissas de mercados comparáveis.

**12 Fornecedores e outras contas a pagar**

Veja política contábil nas notas explicativas 6 (h).

	<b>Nota</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Fornecedores diversos		21.938	14.808
Partes relacionadas - operações mensais	23	18.045	12.920
Adiantamentos		366	302
Outras contas a pagar diversas		1.315	1.326
<b>Total</b>		<b>41.664</b>	<b>29.356</b>

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 18.

## 13 Empréstimos e financiamentos

Veja política contábil nas notas explicativas 6 (h).

Linha de Crédito	Nota	Indexador	Juros		Vencimento	2016	2015
			médios a.a. (%)				
Finame			3,96		2017 a 2019	2.794	3.913
BNDES - partes relacionadas	23	TJLP	10,26		2017 a 2032	235.370	217.450
Conta corrente - partes relacionadas	23					7.167	7.167
(-) Custo de transação						(2.735)	(3.018)
<b>Total</b>						<b>242.596</b>	<b>225.512</b>
Passivo circulante						9.866	15.940
Passivo não circulante						232.730	209.572

Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez, mensuração do valor justo e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja nota explicativa nº 18.

### a. Termos e cronograma de amortização da dívida

A garantia do Finame é a alienação fiduciária dos bens móveis adquiridos.

As principais garantias do financiamento concedido pelo BNDES é o penhor de ações de emissão da Companhia, cessão fiduciária dos direitos provenientes do contrato de concessão e constituição de conta reserva com saldo não inferior a três prestações vincendas de amortização de principal e juros.

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2016	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 189
	contábil	meses	meses	meses	meses	meses	Meses
Finame	2.794	1.126	1.055	613	-	-	-
BNDES - partes relacionadas	235.370	1.843	17.895	17.895	17.895	17.895	161.947
Conta corrente - partes relacionadas	7.167	7.167	-	-	-	-	-

  

31 de dezembro de 2015	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 201
	contábil	meses	meses	meses	meses	meses	Meses
Finame	3.913	1.122	1.122	1.055	614	-	-
BNDES - partes relacionadas	217.450	7.934	11.509	13.679	13.679	13.679	156.970
Conta corrente - partes relacionadas	7.167	7.167	-	-	-	-	-

Em 14 de dezembro de 2016 foi celebrado entre a Companhia e o BNDES o primeiro aditivo ao contrato de financiamento, suspendendo a exigibilidade do pagamento de juros do subcrédito "A" até 15 de agosto de 2018 e do subcrédito "B" até 15 de novembro de 2017 bem como a exigibilidade dos pagamentos do principal da dívida relativa ao subcrédito "A" até 15 de novembro de 2019 e do subcrédito "B" até 15 de novembro de 2018 com a capitalização de juros e principal devidos no período. Tais alterações de exigibilidade estão condicionadas à efetivação do acordo de investimento da Controladora, havendo revogação imediata e o pagamento dos juros e do principal a ser automático e imediatamente exigível, se a formalização deste acordo não ocorrer no mesmo prazo que foi estipulado pelo Poder Concedente no decreto nº 6.279 de 24 de maio de 2017, conforme nota explicativa nº 26 – eventos subsequentes.

No início do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia incorreu em R\$ 3.273 de custos de transação, cujo saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 2.735 (R\$ 3.018 em 31 de dezembro de 2015). Decorrente desse custo de transação a taxa efetiva de juros do período, do contrato de financiamento é de 11,95% a.a. em 31 de dezembro de 2016 idêntico em 31 de dezembro de 2015.

A seguir é apresentado o montante de custos de transação registrado em financiamentos, a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

<u>31 de dezembro de 2016</u>	<b>Valor contábil</b>	<b>12 meses</b>	<b>13 a 24 meses</b>	<b>25 a 36 meses</b>	<b>37 a 48 meses</b>	<b>49 a 60 meses</b>	<b>61 a 189 Meses</b>
Financiamentos	2.735	270	263	255	246	236	1.465

<u>31 de dezembro de 2015</u>	<b>Valor contábil</b>	<b>12 meses</b>	<b>13 a 24 meses</b>	<b>25 a 36 meses</b>	<b>37 a 48 meses</b>	<b>49 a 60 meses</b>	<b>61 a 201 Meses</b>
Financiamentos	3.018	283	270	263	255	246	1.701

## 14 Debêntures

Veja política contábil nas notas explicativas 6 (h).

<u>Linha de crédito</u>	<u>Indexador</u>	<b>Juros</b>		<u>Vencimento</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		<u>médios a.a. (%)</u>				
Debêntures	CDI	18,00		2017 a 2024	252.080	214.114
Passivo circulante					252.080	3.212
Passivo não circulante					-	210.902

Em 15 de setembro de 2014 a Companhia emitiu 17.950 debêntures da espécie com garantia real, não conversíveis em ações, no montante de R\$ 179.500, com amortização semestral a partir de 2016 e vencimento final em 2024, incidência de juros de 100% do CDI ao ano na base 252 dias úteis, acrescida de sobretaxa anual de 3% ao ano nos dois primeiros anos de vigência e de 4% ao ano pelo prazo remanescente. As garantias das debêntures consistem no penhor de ações e de qualquer forma de remuneração paga aos acionistas e a cessão fiduciária de direitos emergentes do contrato de concessão pública.

Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez, de mensuração do valor justo e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja nota explicativa nº 18.

As debêntures possuem os seguintes vencimentos:

<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>12 meses</b>
Debêntures	252.080	252.080

<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>12 meses</b>	<b>13 a 24 meses</b>	<b>25 a 36 meses</b>	<b>37 a 48 meses</b>	<b>49 a 60 meses</b>	<b>61 a 105 Meses</b>
Debêntures	214.114	3.212	6.423	12.847	20.341	23.552	147.739

### **Quebra de cláusulas contratuais (covenants)**

A Companhia não cumpriu a obrigação relativa as Garantias Reais conforme prevista na cláusula restritiva 7.2, (ii) de transferir para “conta reserva debêntures” até o 6º mês anterior ao primeiro pagamento do valor nominal principal e juros remuneratórios, recurso em montante equivalente a 50% do valor do serviço da dívida, bem como de transferir para “conta pagamento debêntures” a partir do 6º mês que antecede o pagamento de qualquer serviço da dívida, recursos mensais equivalentes a 1/6 do serviço da dívida, obtendo prorrogação do referido prazo para 03 de outubro de 2016 conforme ata de Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 15 de setembro de 2016. A parcela de principal e juros vincenda em 15 de setembro de 2016 não foi liquidada. Conseqüentemente o montante de R\$ 240.736 foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante.

Em 09 de junho de 2017, conforme nota explicativa nº 26 – eventos subsequentes, por meio da assembleia geral de debenturistas, foi decretado o não vencimento antecipado das debêntures da controlada CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, em razão do não pagamento das parcelas de amortização e juros vencidas bem como o não vencimento antecipado em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária referente ao envio ao agente fiduciário dos documentos financeiros, devendo a controlada entregá-los em até 20 dias contados a partir de 9 de julho de 2017. Os debenturistas aprovaram também o segundo aditamento das debêntures para ajustar algumas cláusulas contratuais, sendo um desses ajustes, a modificação da data início da constituição da conta reserva e da conta pagamento. A efetivação das deliberações está condicionada de forma suspensiva à realização do acordo de investimento da controladora. Caso não seja implementado até 9 de julho de 2017, as deliberações deverão ser consideradas sem qualquer efeito para fins legais, ensejando a necessidade de convocação de nova assembleia para deliberação dos debenturistas.

## **15 Provisão para contingências**

A Companhia, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos externos, avaliam as probabilidades de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, ambientais, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

A Companhia considera existir riscos efetivos e registrou em 31 de dezembro de 2016 provisão no valor de R\$ 4.530 (R\$ 2.338 em 31 de dezembro de 2015).

	<b>Cíveis e trabalhistas</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Saldo inicial</b>	2.338	1.215
Adições	2.237	1.173
Reversões	(45)	(50)
<b>Saldo final</b>	4.530	2.338

**Contingências passivas não provisionadas**

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível e trabalhista, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 18.154 (R\$ 20.979 em 31 de dezembro de 2015), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

## 16 Patrimônio líquido

Veja política contábil nas notas explicativas 6 (i).

**a. Capital social**

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 está representado por 55.035.015 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2015), pertencentes aos seguintes acionistas:

	<b>Em % de participação</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental	80%	80%
PCT Participações Ltda.	20%	20%
<b>Total</b>	100%	100%

**b. Natureza e propósito das reservas**

**(i) Reservas de lucros**

**- Reserva legal**

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social quando aplicável nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**c. Dividendos**

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, conseqüentemente a Lei 6.404/76 determina que deve ser no mínimo de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

A Companhia possui algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato de financiamento firmado com o BNDES e, dentre estas obrigações, não poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas sob a forma de dividendos acima do limite

mínimo legal ou juros sobre o capital próprio até o término do prazo de execução e conclusão do projeto financiado. A partir do ano civil seguinte, poderá haver a distribuição dos referidos recursos, desde que sejam atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida estipulado; e
- Adimplemento no cumprimento de todas as obrigações assumidas.

## 17 Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Total do passivo	547.436	475.787
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(21.135)	(6.495)
(=) Passivo líquido (A)	526.301	469.292
Total do patrimônio líquido (B)	(53.954)	(2.743)
Relação da dívida líquida pelo passivo a descoberto (A/B)	(9,75)	(171,09)

## 18 Instrumentos financeiros

### a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		Valor contábil			Valor justo	
		Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2
<b>31 de dezembro 2016</b>	<b>Nota</b>					
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>						
Aplicações financeiras	8	55	-	-	55	55
Outros investimentos		98	-	-	98	98
Depósitos bancários vinculados		3.085	-	-	3.085	3.085
<b>Total</b>		3.238	-	-	3.238	3.238
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	21.080	-	21.080	
Contas a receber e outros recebíveis	9	-	30.023	-	30.023	
<b>Total</b>		-	51.103	-	51.103	
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>						
Empréstimos e financiamentos (*)	13	-	-	245.331	245.331	
Debêntures	14	-	-	252.080	252.080	
Fornecedores e outras contas a pagar	12	-	-	41.664	41.664	
<b>Total</b>		-	-	539.075	539.075	

**CAB Cuiabá S/A – Concessionária de  
Serviços Públicos de Água e Esgoto**  
*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016*

31 de dezembro 2015	Nota	Valor contábil			Valor justo	
		Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>						
Aplicações financeiras	8	489	-	-	489	489
Outros investimentos		450	-	-	450	450
Depósitos bancários vinculados		3.056	-	-	3.056	3.056
<b>Total</b>		<b>3.995</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.995</b>	<b>3.995</b>
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	6.006	-	6.006	
Contas a receber e outros recebíveis	9	-	39.203	-	39.203	
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>45.209</b>	<b>-</b>	<b>45.209</b>	
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>						
Empréstimos e financiamentos (*)	13	-	-	228.530	228.530	
Debêntures	14	-	-	214.114	214.114	
Fornecedores e outras contas a pagar	12	-	-	29.356	29.356	
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>472.000</b>	<b>472.000</b>	

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

**b. Mensuração do valor justo**

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2016.

**c. Gerenciamento de riscos financeiros**

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

**(i) Estrutura do gerenciamento de risco**

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

**(ii) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

*Contas a receber e outros recebíveis*

A Companhia tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Como principal mitigador do risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o controle sobre os recebíveis.

*Caixa e equivalentes de caixa*

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

*Exposição a riscos de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<b>Nota</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Caixa e equivalentes de caixa	8	21.135	6.495
Outros investimentos		98	450
Depósitos bancários vinculados		3.085	3.056
Contas a receber e outros recebíveis (*)	9	28.820	38.052
<b>Total</b>		<b>53.138</b>	<b>48.053</b>

(\*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente aos adiantamentos.

*Perdas por redução no valor recuperável*

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes na data das demonstrações financeiras foram as seguintes:



*CAB Cuiabá S/A – Concessionária de  
Serviços Públicos de Água e Esgoto  
Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016*

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	23.232	17.462
Vencidos de 1 a 30 dias	5.292	6.214
Vencidos de 31 a 90 dias	2.583	4.653
Vencidos de 91 a 120 dias	669	1.495
Vencidos de 121 a 180 dias	1.154	2.461
Acima de 181 dias	<u>30.032</u>	<u>28.874</u>
<b>Total</b>	<u><u>62.962</u></u>	<u><u>61.159</u></u>

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa.

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2015</b>	<b>16.328</b>
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	17.839
Valores baixados	<u>(10.229)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>23.938</b>
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	22.325
Valores baixados	<u>(11.085)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<u><u>35.178</u></u>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é relacionada a vários clientes usuários dos serviços prestados de água e esgoto. A Companhia até 31 de dezembro de 2015 constituía como provisão os títulos vencidos a mais de 360 dias e títulos renegociados não recebidos, bem como percentual médio de inadimplência estimado sobre cada categoria que compõe o contas a receber vencido até 360 dias.

Em 2016, a Companhia, com base em sua avaliação de risco de crédito de recebimento e mudança do cenário econômico brasileiro, entende que se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber corrente em atraso acima de 180 dias, que indica que os clientes não devem pagar seus saldos bem como sobre os títulos renegociados cujos acordos não foram cumpridos.

A Companhia também constituiu provisão complementar para contas a receber corrente e renegociações a vencer e vencidos há menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura (s) inserida (s) na provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa.

Desta forma, a composição da provisão por perdas ao valor recuperável é a seguinte:

	<b>2016</b>
Provisão de títulos vencidos acima de 180 dias	30.032
Provisão sobre títulos a vencer e vencidos até 180 dias	5.146
<b>Total</b>	<b>35.178</b>

**(iii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

*Exposição a risco de liquidez*

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	<b>Nota</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	12	41.298	29.054
Empréstimos e financiamentos (**)	13	245.331	228.530
Debêntures	14	252.080	214.114
<b>Total</b>		<b>538.709</b>	<b>471.698</b>
Passivo circulante		303.514	48.489
Passivo não circulante		235.195	423.209

(\*) Não foi considerado o montante de outras contas a pagar referente adiantamentos.

(\*\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo em virtude das transações com partes relacionadas conforme nota explicativa nº 23 e pelo não atendimento de cláusulas restritivas das debêntures, que ocasionou a reclassificação na data base do montante de R\$ 240.736 do passivo não circulante para o passivo circulante, conforme notas explicativas nº 14. A liquidação das obrigações com partes relacionadas depende da disponibilidade de caixa após compromissos operacionais, de investimentos e financiamentos. Em relação às debêntures, conforme mencionado na nota explicativa 26 – Eventos subsequentes, mediante a assembleia geral de debenturista, foi deliberado: (i) prorrogação da parcela vencida em setembro de 2016 e das parcelas vincendas em março e setembro de 2017, março e setembro de 2018 e março de 2019, com início da amortização em setembro de 2019 (3 anos de carência de amortização a partir de setembro de 2016) e manutenção do prazo final de pagamento em setembro de 2024, (ii) capitalização dos juros não pagos até março de 2018 (incorporação ao saldo devedor) e primeiro pagamento de juros em setembro de 2018 (2 anos de carência a partir de setembro de 2016), (iii) realização de retenções em conta vinculada e conta pagamento iniciando a partir de março de 2018 e (iv) redução dos juros remuneratórios para CDI + 3% ao ano. A efetivação das

deliberações está condicionada de forma suspensiva à realização do acordo de investimento da controladora. Caso não seja implementado até 9 de julho de 2017, as deliberações deverão ser consideradas sem qualquer efeito para fins legais, ensejando a necessidade de convocação de nova assembleia para deliberação dos debenturistas.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo de caixa contratual</b>	<b>12 meses</b>	<b>13 a 24 meses</b>	<b>25 a 36 meses</b>	<b>37 a 48 meses</b>	<b>49 a 60 meses</b>	<b>61 a 189 Meses</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	41.298	41.298	41.298	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	245.331	556.217	23.258	29.158	45.356	51.058	48.571	358.816
Debêntures	252.080	252.080	252.080	-	-	-	-	-

<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo de caixa contratual</b>	<b>12 meses</b>	<b>13 a 24 meses</b>	<b>25 a 36 meses</b>	<b>37 a 48 meses</b>	<b>49 a 60 meses</b>	<b>61 a 201 Meses</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	29.054	29.054	29.054	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	228.530	642.619	29.732	35.811	38.202	38.123	37.954	462.797
Debêntures	214.114	444.936	22.411	44.412	49.449	54.545	54.290	219.829

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

**(iv) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

*Risco de taxa de juros*

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e a TJLP.

*Exposição ao risco de taxa de juros*

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	<b>Nota</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Ativos financeiros</b>			
Aplicações financeiras	8	55	489
Outros investimentos		98	450
Depósitos bancários vinculados		3.085	3.056
<b>Passivos financeiros</b>			
Empréstimos e financiamentos	13	235.370	217.450
Debêntures	14	252.080	214.114

*Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável*  
Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

*Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas*

Instrumentos	Exposição em 2016	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	55	CDI	8,43	5	10,54	6	12,64	7
Outros investimentos	98	CDI	11,09	11	13,87	14	16,64	16
Depósitos bancários vinculados	3.085	CDI	11,57	356	14,46	446	17,35	535
<b>Passivos financeiros</b>								
BNDES - partes relacionadas	(235.370)	TJLP	7,50	(17.653)	9,38	(22.066)	11,25	(26.479)
Debêntures	(252.080)	CDI	11,80	(29.745)	14,75	(37.182)	17,70	(44.618)
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>	<b>(484.212)</b>			<b>(47.026)</b>		<b>(58.782)</b>		<b>(70.539)</b>
<b>Impacto no resultado do período apresentado</b>						<b>(11.756)</b>		<b>(23.513)</b>

*Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas*

Instrumentos	Exposição em 2016	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	55	CDI	8,43	5	6,32	3	4,21	2
Outros investimentos	98	CDI	11,09	11	8,32	8	5,55	5
Depósitos bancários vinculados	3.085	CDI	11,57	356	8,68	268	5,78	178
<b>Passivos financeiros</b>								
BNDES - partes relacionadas	(235.370)	TJLP	7,50	(17.653)	5,63	(13.240)	3,75	(8.825)
Debêntures	(252.080)	CDI	11,80	(29.745)	8,85	(22.309)	5,90	(14.873)
<b>Total dos ativos e passivos financeiros</b>	<b>(484.212)</b>			<b>(47.026)</b>		<b>(35.270)</b>		<b>(23.513)</b>
<b>Impacto no resultado do período apresentado</b>						<b>11.756</b>		<b>23.513</b>

*Fontes: a informação CDI da TJLP foi extraída do Focus – Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN, na data-base do último dia útil de dezembro de 2016.*

**(v) Risco de preço**

A presente estrutura tarifária cobrada aos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem a Empresa requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

## 19 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja política contábil na nota explicativa 6 (d).

### a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>						
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	44.376	33.335	-	-	11.041	15.940
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.642	-	-	6	5.648	(3.516)
Custo de transação de empréstimos	-	-	1.499	1.619	120	109
Contas a receber e imobilizado - líquidos - contratos de concessão	-	-	1.768	1.810	42	(380)
Direitos a faturar	-	-	2.489	1.737	(752)	433
Provisão para contingências	1.540	795	-	-	746	382
Perdas por redução a valor recuperável	8.979	-	-	-	8.979	-
Outras provisões	468	-	-	-	468	-
	<u>61.005</u>	<u>34.130</u>	<u>5.756</u>	<u>5.172</u>	<u>26.292</u>	<u>12.988</u>
Compensação (*)	(5.756)	(5.172)	(5.756)	(5.172)	-	-
<b>Total líquido</b>	<u>55.249</u>	<u>28.958</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.292</u>	<u>12.988</u>

(a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais acumulados, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para compensação de tais perdas.

(\*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

#### Reconciliação da taxa efetiva

Resultado do exercício antes dos impostos	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	(77.503)	(38.941)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Crédito com imposto à alíquota nominal	26.351	13.240

#### Ajuste do imposto de renda e contribuição social

Despesas não dedutíveis	(59)	(237)
Outras	<u>-</u>	<u>(15)</u>

Imposto diferido	<u>26.292</u>	<u>12.988</u>
------------------	---------------	---------------

Alíquota efetiva	34%	33%
------------------	-----	-----

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

## 20 Receita operacional líquida

Veja política contábil na nota explicativa 6 (a).

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Saneamento	185.991	170.814
Construção	37.877	54.787
Serviços	20.801	11.104
Abatimentos e cancelamentos	(23.593)	(19.269)
Impostos sobre serviços	(18.885)	(15.407)
<b>Total</b>	<b>202.191</b>	<b>202.029</b>

## 21 Custos e despesas por natureza

<b>Custos dos serviços prestados</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Materiais diretos	(40.089)	(35.956)
Custos de construção	(37.877)	(53.612)
Perdas por redução a valor recuperável	(26.408)	-
Custos com pessoal	(18.279)	(16.137)
Depreciação e amortização	(18.056)	(18.197)
Materiais indiretos	(16.185)	(15.537)
Crédito de Pis e Cofins	654	761
<b>Total</b>	<b>(156.240)</b>	<b>(138.678)</b>

<b>Despesas comerciais</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(11.240)	(7.610)
Outras despesas comerciais	(6.556)	(5.739)
Depreciação e amortização	(3.046)	(3.107)
Despesa com pessoal	(2.419)	(2.227)
<b>Total</b>	<b>(23.261)</b>	<b>(18.683)</b>

<b>Despesas administrativas e gerais</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Serviços contratados	(13.888)	(13.156)
Despesas com pessoal	(10.207)	(10.193)
Depreciação e amortização	(7.042)	(3.689)
Outras despesas	(6.221)	(4.651)
<b>Total</b>	<b>(37.358)</b>	<b>(31.689)</b>

## 22 Despesas financeiras líquidas

Veja política contábil na nota explicativa 6 (c).

<b>Receitas financeiras</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Juros sobre contas a receber de cliente	5.628	6.102
Juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos vinculados	627	1.080
Descontos obtidos	51	338
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	-	17
<b>Total</b>	<b>6.306</b>	<b>7.537</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(65.309)	(56.339)
Comissões e despesas bancárias	(2.411)	(1.863)
Outras despesas financeiras	(1.456)	(1.086)
<b>Total</b>	<b>(69.176)</b>	<b>(59.288)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(62.870)</b>	<b>(51.751)</b>

## 23 Partes relacionadas

### a. Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, onde são consolidadas estas demonstrações financeiras.

### b. Remuneração de pessoal chave da administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados nas rubricas "Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas e gerais".

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Remuneração variável	1.695	682
Remuneração da diretoria	1.089	2.073
Encargos sociais	545	551
Benefícios diretos e indiretos	74	176
<b>Total</b>	<b>3.403</b>	<b>3.482</b>

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

**c. Outras transações com partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Circulante	Ativo		Passivo		Resultado		
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
<b>Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber</b>	(Nota 9)	(Nota 9)	(Nota 12)	(Nota 12)			
<b>Galvão Engenharia S/A, (em recuperação judicial)</b>							
- Contrato particular de construção	(a)	-	1.081	2.460	-	(27.546)	
- Antecipação do contrato particular de construção	(a)	-	-	-	-	-	
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(b)	42	-	-	-	(300)	
<b>Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental</b>							
- Contrato de assistência técnica	(c)	-	5.130	448	(6.100)	(5.551)	
- Repasse de custos financeiros compartilhados	(d)	-	9.556	9.556	-	-	
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(b)	-	402	-	(1.073)	-	
<b>PCT Participações Ltda.</b>							
- Contrato de assistência técnica	(c)	-	1.420	-	(1.797)	(1.447)	
<b>Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados</b>	(d)	153	153	456	43	93	
<b>Total</b>		195	195	18.045	12.920	(6.927)	(34.751)
<b>Em empréstimos e financiamentos</b>			(Nota 13)	(Nota 13)			
<b>Conta corrente</b>	(e)	-	7.167	7.167	-	-	
<b>Financiamento - BNDES</b>	(f)	-	1.843	7.934	(27.206)	(25.673)	
<b>Total</b>		-	9.010	15.101	(27.206)	(25.673)	
<b>Não circulante</b>							
<b>Em empréstimos e financiamentos</b>			(Nota 13)	(Nota 13)			
<b>Financiamento - BNDES</b>	(f)	-	233.527	209.516	-	-	
<b>Total</b>		-	233.527	209.516	-	-	

- (a) Refere-se ao contrato particular de engenharia, construção das obras civis, fornecimento e montagem entre a Companhia e a Galvão Engenharia S.A. - em recuperação judicial. O valor global do contrato totaliza R\$ 492.605. Em 31 de dezembro de 2015 o montante acumulado contabilizado do período, contabilizado por meio de medição de contrato físico e financeiro é de R\$ 27.546 registrados como custo dos contratos de construção. Este contrato está em processo de formalização de rescisão.
- (b) Refere-se a repasses de recursos em virtude de estrutura administrativa compartilhada entre a Companhia e a controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, a serem pagos em parcelas mensais fixas de R\$ 134.
- (c) Contrato de assistência técnica entre a Companhia e suas acionistas com vigência até o término do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2016, o prazo remanescente é de 26 anos e as parcelas mensais a serem pagas equivalem a 5% da receita.
- (d) Repasse com gastos alocados temporariamente entre as partes relacionadas para prestação de serviços administrativos (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais (engenheiros), cuja mensuração é efetuada mediante rateio de tempo despendido.
- (e) Refere-se ao contrato de conta corrente entre a Companhia e sua controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credora e devedora, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.
- (f) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 13.



## 24 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Patrimonial riscos diversos + equipamentos	110.499	117.899
Seguro garantia	28.604	29.589
Responsabilidade civil	<u>15.000</u>	<u>15.000</u>
<b>Total</b>	<u>154.103</u>	<u>162.488</u>

## 25 Compromissos

### a. Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a 5% da receita líquida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 9.003 (R\$ 7.600 em 31 de dezembro de 2015) referente ao direito de outorga variável.

### b. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia até 31 de dezembro de 2016 está se empenhando para cumprir com investimentos mínimos necessários referente aos compromissos contratuais, incluindo metas, que conforme mencionado na nota explicativa nº 1 dependem de recursos financeiros.

### c. Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

## 26 Eventos subsequentes

### Processo de intervenção do Poder Concedente - prorrogação

A extinção da intervenção do Poder Concedente e retomada da gestão pela Companhia, conforme 2º termo aditivo ao contrato de concessão celebrado em 29 de novembro de 2016, prevista para ocorrer em 15 de maio de 2017 com a concretização do acordo de investimento da controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, foi prorrogada por 45 dias a contar de 25 de maio de 2017, conforme decreto nº 6.279 de 24 de maio de 2017 a pedido da controladora da Companhia, pois o prazo para cumprimento das condições suspensivas do acordo de investimento da controladora foi prorrogado por mais 90 dias mediante primeiro termo aditivo ao acordo de investimento firmado em 17 de maio de 2017.

### **Acordo de investimento da controladora Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental**

Em 17 de novembro de 2016 a controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental firmou Acordo de Investimento que, entre outras obrigações, estabelece a contribuição das ações hoje detidas pela Galvão Participações S/A. (em recuperação judicial) a um Fundo de Investimento em Participações controlado pela RKP Investments, braço de *private equity* da RK Partners, e a reestruturação da dívida da controladora Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental e suas controladas com instituições financeiras. As condições mencionadas acima, estão sujeitas ao cumprimento, pelas partes, de determinadas condições suspensivas que ainda não foram cumpridas.

Diante deste cenário, em 17 de maio de 2017 foi celebrado o primeiro termo aditivo ao acordo de investimento, postergando o prazo para cumprimento de todas as condições suspensivas em até 90 dias a contar da assinatura do aditivo, podendo as partes, ao término deste período, caso todas as condições suspensivas não tenham sido cumpridas, optar por nova prorrogação de prazo, renunciar a necessidade do cumprimento das condições suspensivas não atendidas ou rescindir unilateralmente o acordo de investimento, sem quaisquer prejuízos.

### **Aditivos e *waiver* aos contratos de Empréstimos e financiamentos e Debêntures**

Em 07 de junho de 2017, a controlada CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto firmou termo aditivo junto ao BNDES alterando o prazo limite de finalização do acordo de investimento da controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental para o mesmo prazo estipulado pelo Poder Concedente no decreto nº 6.279 de 24 de maio de 2017, que institui 45 dias a contar de 25 de maio de 2017, sob pena de revogação imediata da suspensão da exigibilidade de pagamento dos juros e do principal, sendo imediatamente exigíveis. Havendo decretos posteriores de postergação de prazo emitidos pelo Poder Concedente, fica automaticamente prorrogado para a mesma data, o prazo limite para cumprimento desta condição resolutiva. Em 09 de junho de 2017, por meio da assembleia geral de debenturistas, foi decretado o não vencimento antecipado das debêntures da CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, em razão do não pagamento das parcelas de amortização e juros devidas em 15 de setembro de 2016 e 15 de março de 2017, bem como o não vencimento antecipado em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária referente ao envio ao agente fiduciário dos documentos financeiros previstos no contrato, devendo a controlada entregá-los em até 20 dias contados a partir de 9 de julho de 2017. Os debenturistas aprovaram também o segundo aditamento das debêntures para ajustar: (i) a data do primeiro pagamento do valor nominal das debêntures, (ii) o valor nominal em decorrência da incorporação dos juros remuneratórios; (iii) o cronograma de incorporação da remuneração ao valor nominal e definição do cronograma de pagamento da remuneração, (iv) o *spread* a ser aplicado sobre os juros remuneratórios; (v) a data início da constituição da conta reserva e da conta pagamento, (vi) inclusão de garantia fidejussória a ser prestada pela controladora, e (vii) alterar as hipóteses de vencimento antecipado. A efetivação das deliberações está condicionada de forma suspensiva à realização do acordo de investimento da controladora. Caso não seja implementado até 9 de julho de 2017, as deliberações deverão ser consideradas sem qualquer efeito para

fins legais, ensejando a necessidade de convocação de nova assembleia para deliberação dos debenturistas.

**Descumprimento de cláusulas contratuais (“covenants”)**

Em 30 de abril de 2017, a Companhia CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto e as partes relacionadas CAB Águas de Paranaguá S.A., CAB Guaratinguetá S.A. e Saneamento de Mirassol – SANESSOL S.A. descumpriram cláusula contratual (“covenants”) em contrato de financiamento junto ao BNDES, XVI – Apresentar ao BNDES, durante o período de vigência do presente contrato, até 30 de abril de cada ano, suas demonstrações financeiras completas anuais relativas ao exercício anterior, auditadas por auditores externos independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e como consequência, todos os contratos de financiamento com BNDES das suas parte relacionadas deixaram de atender o Capítulo IX – do inadimplimento e das penalidades artigo 39 das disposições aplicáveis aos contratos do BNDES. Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas demonstrações financeiras a Administração não obteve sucesso na obtenção de *waiver* junto ao credor.

\* \* \*

## **Composição da Diretoria**

### **Diretoria**

Marcelo de Oliveira e Silva  
Interventor

### **Contador**

Leoci Benedito da Silva  
CRC: MT-007204/O-5